

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

238 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 28 de abril a 9 de maio de 2025

1. 9 DE MAIO - DIA DA EUROPA	1
2. PRIORIDADES DO PE PARA O ORÇAMENTO DE LONGO PRAZO DA UE PÓS-2027	1
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	2
80.º aniversário do fim da II Guerra Mundial	2
Parlamento Europeu cria Ordem Europeia do Mérito	3
Debate sobre o “apagão” de eletricidade do dia 28 de abril	4
Antevisão da Cimeira UE - Reino Unido	4
Alargamento - Turquia	4
Alargamento - Sérvia e Kosovo	5
Outros debates	5
SEDE - Defesa Europeia	5
4. MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UE	6
5. COMISSÃO EUROPEIA - MEDIDAS COMERCIAIS RELATIVAS AOS EUA	7
6. COMISSÃO EUROPEIA - DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DA RÚSSIA	7
7. NOVAS REGRAS DE TRANSPARÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PE	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. 9 DE MAIO - DIA DA EUROPA

No dia 9 de maio, os europeus celebram o **Dia da Europa**, sendo que o ano de 2025 assinala o 75.º aniversário da Declaração Schuman (briefing sobre o tema [aqui](#)), que lançou as bases da União Europeia e abriu caminho para uma era sem precedentes de prosperidade, paz, democracia, solidariedade e cooperação na Europa.

Para assinalar esta data, realizar-se-ão diversos eventos nos Estados-Membros da UE e em todo o mundo: as instituições europeias abrirão as suas portas e convidarão os cidadãos a visitar as suas instalações, a conhecer o seu trabalho e a participar numa vasta gama de atividades educativas e recreativas. Todo o detalhe e programação estão disponíveis aqui: https://europe-day.europa.eu/index_en

Vários edifícios e monumentos emblemáticos em todo o mundo serão iluminados com as cores da UE, estando igualmente previsto um programa especial para o Dia da Europa na Expo 2025 em Osaka, Japão.

2. PRIORIDADES DO PE PARA O ORÇAMENTO DE LONGO PRAZO DA UE PÓS-2027¹

O Parlamento Europeu (PE) aprovou, em 7 de maio de 2025, uma **resolução com a sua visão estratégica para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período de 2028-2034**. Os Deputados exigem um orçamento mais ambicioso, flexível, e adaptado às novas realidades geopolíticas, económicas e ambientais (texto adotado [aqui](#)). Esta resolução teve por base um relatório aprovado pela Comissão dos Orçamentos, que teve como correlatores [Carla Tavares](#) (S&D, PT) e [Siegfried Mureşan](#) (PPE, RO). Sintetizamos os pontos principais desta resolução, que é a posição negocial de partida do PE:

Exigências principais

- O orçamento deve ultrapassar o limite de 1% do RNB, considerado desatualizado.
- Deve refletir as expectativas crescentes dos cidadãos num mundo instável.
- As **prioridades** incluem: *Guerra na Ucrânia, Crise climática e da biodiversidade, Deficiências de competitividade, Crescente pressão económica e social.*

Rejeição do modelo “um plano nacional por Estado-Membro”

- O Parlamento recusa replicar o modelo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.
- Defende uma estrutura com: transparência e responsabilização democrática, envolvimento dos poderes locais e regionais, participação de todas as partes interessadas. A política de coesão deve ser central como instrumento para reduzir desigualdades, combater a pobreza, e aprofundar o mercado único.

Competitividade e defesa

- O Parlamento rejeita a proposta de megafundo de competitividade que funde programas existentes.
- Propõe um novo fundo com foco na mobilização de investimento privado e público, baseado em mecanismos eficazes de partilha de risco.
- Apoia o aumento das despesas com defesa, **sem reduzir o financiamento** de políticas sociais e ambientais, de políticas estruturais existentes.

Simplificação, flexibilidade e Estado de direito

- Defende a redução da burocracia para os beneficiários, sem enfraquecer o controlo parlamentar.

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

- Um orçamento mais simples deve ser mais transparente, democraticamente escrutinado. O PE propõe dois instrumentos especiais: um para catástrofes naturais, outro para crises gerais.
- Insiste que o acesso aos fundos da UE esteja vinculado ao respeito pelo Estado de direito.

Reembolso da dívida e novos recursos próprios

- O reembolso do NextGenerationEU não deve prejudicar o financiamento das políticas da UE: separação clara entre dívida e despesas programáticas, novos recursos próprios como condição para a sustentabilidade, a contração conjunta de empréstimos como instrumento legítimo de resposta a crises.

Recorde-se que a proposta da Comissão Europeia sobre o novo QFP será apresentada em **julho de 2025**. O QFP define os limites máximos de despesas da UE por um período de sete anos, sendo que o atual orçamento expira em 31 de dezembro de 2027. Após aprovação pelo Parlamento, o QFP deve ser adotado por unanimidade pelos Estados-Membros.

Após a votação, teve lugar uma conferência de imprensa com a Presidente do PE, Roberta Metsola e com os dois correlatores, disponível [aqui](#). A Presidente do PE considerou que o PE quer um QFP que responda aos desafios estratégicos da UE, assente em duas ideias: **flexibilidade**, como forma de responder às crises e imprevisibilidade; e **responsabilidade**, de modo a não sacrificar a resposta aos desafios com o pagamento de dívidas.

Siegfried Mureșan (PPE, RO) referiu que «*Propomos um aumento responsável e justificado no próximo QFP – ultrapassando o desatualizado limite de 1%. O Parlamento só aprovará um orçamento preparado para o futuro, flexível, eficaz e pronto a ser aplicado até 1 de janeiro de 2028.*»

Carla Tavares (S&D, PT) defende que o próximo QFP deve ser substancialmente mais ambicioso e assente numa base democrática sólida. Critica a proposta da Comissão Europeia de adotar um modelo baseado em planos nacionais por Estado-Membro, considerando-o desadequado. Em alternativa, propõe uma arquitetura orçamental que reforce o papel do PE Europeu como legislador e autoridade orçamental, envolvendo estreitamente as autoridades regionais, locais e as partes interessadas, de modo a garantir mais transparência, legitimidade e eficácia na aplicação dos fundos.

Em matéria de competitividade, argumenta que esta não se pode limitar ao crescimento económico e à produtividade, devendo assegurar também que ninguém é deixado para trás.

Mais informação: [Vídeo do debate em sessão plenária \(06/05/2025\)](#); [Ficha do processo](#); [Guia de imprensa: Tudo o que precisa saber sobre o orçamento de longo prazo da UE](#); [Think tank do Parlamento Europeu: Um orçamento de longo prazo melhorado para a União num mundo em mudança](#).

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU²

80.º aniversário do fim da II Guerra Mundial

Na quarta-feira, o Parlamento Europeu assinalou o 80.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa com uma cerimónia solene em sessão plenária, contando com a presença de três veteranos de guerra (detalhe [aqui](#)).

A Presidente do PE, **Roberta Metsola**, recordou que “oitenta anos depois de as armas se terem calado por toda a Europa, homenageamos a coragem dos que lutaram e o sacrifício dos que caíram”. Sublinhou que este momento evoca não apenas o fim de uma guerra, mas também o nascimento da União Europeia, acrescentando: “a mais

² Fonte: Serviço de Imprensa do PE

poderosa homenagem aos que sacrificaram a vida nesta guerra reside não apenas na memória, mas na nossa determinação. Na nossa vontade de permanecermos unidos e dizermos, clara e firmemente: nunca mais.”

O Presidente do Conselho Europeu, **António Costa** (discurso [aqui](#)), agradeceu aos veteranos pelo seu “sacrifício e compromisso com a paz” e lamentou que, hoje, “*não possamos celebrar a paz em paz*”, referindo-se à invasão da Ucrânia pela Rússia. Apelou à união dos Estados-Membros e seus parceiros perante o agressor russo como a melhor forma de homenagear os que há 80 anos deram a vida pela liberdade. Por fim, lembrou que “*a paz é um património, mas também uma responsabilidade*”.

Três veteranos da Segunda Guerra Mundial discursaram perante os Deputados ao Parlamento Europeu:

- **Robert Chot**, veterano belga da Batalha das Ardenas, com 102 anos, afirmou: “*há 80 anos, as armas calaram-se, pondo fim a uma batalha terrível que causou milhões de mortos na Europa e noutras partes do mundo. Se hoje continuamos a viver em paz, é graças a vós e aos países que representam*”. Advertiu ainda que “*a paz é sempre incerta [...]. Há sempre nuvens sobre nós. Fazamos o que for necessário para garantir que a paz perdure na Europa*”.
- **Janusz Komorowski**, veterano polaco da libertação da Polónia, lembrou o “*destino difícil dos polacos que lutaram pela liberdade e independência e pelo direito da nação polaca a existir*”, tanto dentro como fora do país, incluindo durante a Insurreição de Varsóvia de 1944. Afirmou: “*eles deram a vida também pela liberdade de outras nações, na esperança de que a força bruta dos destruidores da paz fosse derrotada para sempre. Hoje quero agradecer àquela geração de guerra, mas também ao Parlamento Europeu por se ter tornado um farol de paz, liberdade e democracia, e por defender firmemente esses valores.*”
- **Janusz Maksymowicz**, também polaco e participante na Insurreição de Varsóvia, sublinhou que a luta pela liberdade e pelos valores não terminou, mas assumiu novas formas. “*Sabemos quão implacáveis podem ser as ideologias que dividem povos e nações. É por isso que hoje dizemos com plena convicção: a comunidade é força. Uma comunidade de nações que respeite as tradições e culturas europeias de todos os que querem viver em paz.*”

Antes do início da sessão plenária, Metsola e Costa participaram numa cerimónia de hastear da bandeira e deposição de coroa de flores no exterior do edifício do Parlamento em Estrasburgo.

Parlamento Europeu cria Ordem Europeia do Mérito

Para assinalar os 75 anos da Declaração Schuman, o PE anunciou a criação da Ordem Europeia do Mérito detalhe [aqui](#), a primeira distinção oficial europeia atribuída por uma instituição da União Europeia. Esta iniciativa visa homenagear, de forma permanente, contributos excecionais à unidade europeia, à democracia e aos valores dos Tratados.

A Presidente do Parlamento, Roberta Metsola, destacou o valor simbólico e político da distinção, afirmando que “*a Europa é construída pelos seus cidadãos*” e que a Ordem celebrará “*aqueles que lideraram com coragem, agem com convicção e acreditam [...] que a paz, a democracia e a dignidade requerem ação*”.

A Ordem reconhecerá indivíduos que tenham impulsionado significativamente a integração europeia ou promovido os princípios fundamentais da União. As nomeações poderão ser feitas pelas presidências das três principais instituições da UE, pelos chefes de Estado ou de governo, e pelos presidentes dos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros. Todos os anos, até 20 personalidades serão distinguidas, selecionadas por uma comissão presidida pela Presidente do Parlamento Europeu e composta por vice-presidentes e quatro figuras europeias de relevo. A primeira cerimónia de entrega da Ordem Europeia do Mérito está prevista até 2026. Com esta nova distinção, o Parlamento responde à ausência de um sistema europeu de reconhecimento, existente a nível nacional em quase todos os Estados-Membros (com exceção da Irlanda), e reafirma o espírito fundador da unidade europeia, face aos desafios atuais que exigem uma Europa mais coesa e determinada.

Debate sobre o “apagão” de eletricidade do dia 28 de abril

Este debate foi organizado em resposta ao **“apagão” recente que afetou Espanha, Portugal e partes de França**, e foi dominado por Deputados dos Estados-Membros afetados, que representaram cerca de 75% das intervenções. Além das questões nacionais — com críticas acentuadas por parte da direita ao governo espanhol —, os grupos políticos mantiveram posições conhecidas sobre políticas climáticas, energias renováveis e energia nuclear.

O Ministro dos Assuntos Europeus da Polónia, Adam Szałapka, em nome do Conselho, destacou a importância de infraestruturas elétricas resilientes e da conclusão do mercado interno da energia. Informou que o Conselho deverá adotar conclusões sobre segurança energética em junho.

O Comissário Dan Jørgensen, em nome da Comissão, sublinhou a preparação para crises como pilar do Plano de Ação para Energia Acessível. Referiu ainda os esforços em curso para reforçar a segurança energética, incluindo uma nova proposta sobre segurança do abastecimento e um roteiro para eliminar a dependência energética da Rússia, apresentado no dia anterior.

No debate, houve consenso generalizado quanto à necessidade de melhorar as redes elétricas europeias. O PPE, o S&D e o Renew pediram modernização, interconexões e maior integração do sistema energético. Já os grupos mais à direita defenderam uma maior autonomia nacional no setor energético, enquanto a Esquerda apelou à propriedade pública das infraestruturas. As divergências persistem, contudo, quanto ao modelo energético de futuro, revelando clivagens profundas entre federalismo energético e soberanismo energético.

Antevisão da Cimeira UE - Reino Unido

Antes da primeira cimeira UE-Reino Unido, agendada para 19 de maio de 2025, os principais Deputados ao PE com responsabilidades nas relações bilaterais apelaram a um reforço substancial da parceria estratégica entre ambas as partes (detalhe [aqui](#)). Face a desafios geopolíticos crescentes — como a agressão russa, o crime transfronteiriço e a instabilidade do comércio mundial —, os Deputados David McAllister, Bernd Lange, Sandro Gozi, Thijs Reuten e Nina Carberry defenderam, em comunicado conjunto, que a UE e o Reino Unido, enquanto parceiros com valores comuns, devem aprofundar a cooperação nos domínios da política externa, segurança, defesa e comércio. Reivindicaram um acordo específico em matéria de segurança e defesa, incluindo partilha de informações, coordenação de sanções e combate à manipulação informativa.

Os Deputados sublinharam ainda a importância de reforçar a colaboração em áreas estratégicas como a resiliência, as capacidades críticas e o combate ao crime transfronteiriço, incluindo o tráfico de migrantes.

Alargamento - Turquia

O PE aprovou um relatório que reafirma a necessidade de manter suspenso o processo de adesão da Turquia à União Europeia, devido ao contínuo retrocesso democrático no país. Apesar das aspirações pró-europeias de grande parte da sociedade turca, nomeadamente da juventude, os Deputados alertam que o atual contexto político impede qualquer reabertura do processo de adesão. O relator Nacho Sánchez Amor (S&D, Espanha) destacou que *“a adesão depende da democracia”* e que a deriva autoritária, exemplificada pela detenção do autarca de Istambul, Ekrem İmamoğlu, afasta ainda mais a Turquia do projeto europeu ([comunicado oficial](#)).

O relatório denuncia a intensificação da repressão interna, incluindo a violenta resposta a manifestações pacíficas e os julgamentos em massa sem base legal. Condenaram também a visita ilegal do Presidente Erdoğan às zonas ocupadas de Chipre, qualificando-a como uma intervenção unilateral ilegítima.

Apesar do impasse na adesão, o Parlamento reconhece a importância estratégica da Turquia, sobretudo nas áreas da segurança regional, energia, migração e comércio. Defende-se, por isso, uma cooperação seletiva com a Turquia em domínios de interesse mútuo, mas sem comprometer os valores fundamentais da UE.

Alargamento - Sérvia e Kosovo

O PE aprovou esta semana dois relatórios de avaliação sobre os progressos realizados por **Kosovo e Sérvia** no contexto do seu processo de adesão à União Europeia durante 2023 e 2024. Os Deputados apelam a reformas mais ambiciosas e sustentadas por parte de ambos os países e sublinham que a normalização das relações entre Pristina e Belgrado é essencial para o avanço do alargamento da UE na região dos Balcãs Ocidentais. Os relatórios, aprovados com ampla maioria, refletem a importância de um processo de adesão baseado no mérito e na adoção plena dos valores e normas da União ([Comunicado oficial - Kosovo e Sérvia](#)).

No caso do **Kosovo**, os Deputados reconhecem progressos em áreas como reformas eleitorais, resiliência económica e direitos fundamentais. Contudo, apontam deficiências persistentes na reforma judicial, liberdade de imprensa, administração pública e digitalização. Criticam a falta de avanços significativos no diálogo com a Sérvia e apelam à implementação integral dos acordos de Bruxelas e Ohrid. Alertam ainda para as campanhas de desinformação promovidas pela Rússia e pela China e recomendam o reforço das capacidades do governo kosovar para combater essas ameaças..

Relativamente à **Sérvia**, apesar de avanços pontuais nas negociações, os Deputados identificam entraves graves ao progresso, como a necessidade urgente de combater a corrupção, reforçar o Estado de direito e garantir a liberdade de imprensa. É exigido o alinhamento total com a política externa da UE, bem como a concretização de um acordo abrangente de normalização com o Kosovo. O Parlamento reclama reformas eficazes, incluindo a independência dos reguladores dos media e a aplicação das recomendações da OSCE e do Conselho da Europa.

O relator Tonino Picula (S&D, Croácia) alertou que a crise política prolongada e a ausência de progresso em áreas fundamentais estão a bloquear o caminho da Sérvia para a adesão.

Outros debates

- [Emissões de CO₂: Parlamento Europeu acelera votação sobre medidas de flexibilidade para construtores automóveis](#)
- ["Flow" vence Prémio do Público LUX 2025](#)
- [Parlamento Europeu quer ação mais ousada da UE para a resiliência hídrica](#)
- [Futuro da política de coesão: decisões descentralizadas e financiamento adequado](#)
- [PE aprova novas regras para a análise dos investimentos estrangeiros na União](#)

SEDE - Defesa Europeia

A Comissão SEDE (Segurança e Defesa) reuniu-se extraordinariamente no dia 5 de maio com o Comissário para a Defesa e o Espaço, **Andrius Kubilius**, para discutir a implementação da Agenda para a Prontidão da Defesa da UE 2030 e das novas iniciativas no âmbito do plano **ReArm Europe**.

Kubilius alertou para a insuficiência dos fundos propostos para o Programa para a Indústria Europeia de Defesa (EDIP) — 1,5 mil milhões de euros — e elogiou a proposta do Parlamento Europeu de reforçar esse financiamento com empréstimos SAFE, podendo ultrapassar os 20 mil milhões de euros. Assinalou que o mês de junho será crucial para a agenda europeia de defesa:

- Prevê-se a apresentação, a 19 de junho, de um pacote legislativo '*omnibus*';
- Decorrerão consultas estratégicas com a indústria;
- A Comissão pretende obter uma visão global das necessidades industriais dos Estados-Membros, como base para um plano industrial centrado na segurança dos abastecimentos.

Poderá ainda ser apresentada no Conselho Europeu de junho uma lista de projetos comuns emblemáticos, com foco em áreas como munições e drones. Para o outono, a Comissão anunciará: um Roteiro Tecnológico Europeu para o Armamento, centrado inicialmente na IA e computação quântica, visando preparar a Europa para os conflitos futuros; Uma nova comunicação sobre mobilidade militar, incluindo propostas legislativas para facilitar a circulação de forças e equipamentos na UE.

4. MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UE

O Tribunal de Contas Europeu apresentou, esta semana, um relatório intitulado “*Orientação para o desempenho, prestação de contas e transparência – ensinamentos a retirar das insuficiências do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)*”, que analisa criticamente a conceção e execução deste MRR, o principal instrumento financeiro do plano NextGenerationEU (pode ser consultado [aqui](#)). O objetivo era identificar fragilidades e fornecer ensinamentos relevantes para futuras iniciativas de financiamento e governação económica da UE, sobretudo num contexto de possíveis instrumentos de investimento permanentes.

Os principais elementos analisados foram:

1. Orientação para o desempenho: O TCE destaca que, apesar do MRR estar formalmente baseado em metas e marcos (milestones and targets), “*a conceção dos mesmos não assegura suficientemente que os fundos sejam utilizados de forma eficiente para alcançar resultados relevantes e sustentáveis.*” Dá nota de que:

- Muitos marcos são processuais ou administrativos, não se traduzindo em transformações reais (e.g., publicação de estratégias sem implementação mensurável).
- A ausência de avaliações de impacto *ex ante* reduz a capacidade de estimar os efeitos económicos e sociais dos investimentos.
- A ligação entre os pagamentos e os resultados concretos é fraca, dificultando uma orientação clara para o desempenho.

Citação: “*Milestones and targets often measure administrative steps or inputs rather than tangible outcomes for citizens.*”

2. Prestação de contas democrática: A governação do MRR concentra-se na Comissão Europeia e no Conselho, com pouco envolvimento do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais:

- O Parlamento Europeu não participa diretamente na aprovação ou avaliação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência (PRR).
- Os Parlamentos nacionais também têm papel limitado na elaboração e controlo dos seus próprios planos nacionais.
- O desenho institucional enfraquece os mecanismos democráticos de responsabilização.

Citação: “*There is limited democratic accountability at both EU and national level regarding the use of RRF funds.*”

3. Transparência: é descrita como insuficiente, com défices de:

- Informação clara e comparável sobre a execução dos planos.
- Dados agregados acessíveis ao público.
- Comunicação dos impactos esperados e alcançados.

Citação: “*The reporting system does not ensure clear and comprehensive information for citizens or stakeholders to assess progress and value for money.*”

As conclusões principais do relatório são de que o modelo do MRR representou uma inovação institucional relevante, mas padece de fragilidades sérias em termos de desempenho, transparência e controlo democrático. Porém, há um risco de que instrumentos semelhantes no futuro perpetuem estas falhas se não forem redesenhados com lições claras retiradas desta experiência.

Em termos de **recomendações principais** do Tribunal de Contas Europeu, destacamos:

1. Melhorar a conceção dos marcos e metas: Garantir que são orientados para resultados verificáveis e impactos concretos; Incluir indicadores de resultados e impactos socioeconómicos.
2. Reforçar os mecanismos de prestação de contas: Aumentar o envolvimento do PE nas decisões e acompanhamento; tornar obrigatório o escrutínio pelos parlamentos nacionais na aprovação e execução dos PRR.
3. Aumentar a transparência: Criar um portal europeu único e amigável, com dados harmonizados, atualizados e acessíveis; Tornar pública a metodologia de avaliação dos marcos/metadados; Publicar relatórios claros e compreensíveis, dirigidos ao público.
4. Assegurar lições para futuros instrumentos: Utilizar esta experiência para reformar a governação económica da UE, equilibrando eficiência com legitimidade democrática ; Evitar que a exceção do MRR sirva de modelo para arranjos permanentes sem escrutínio.

O relatório conclui, afirmando que *“A responsabilização e a transparência não são características opcionais – são pré-condições para a confiança na ação da UE.”*

5. COMISSÃO EUROPEIA - MEDIDAS COMERCIAIS RELATIVAS AOS EUA

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre possíveis contramedidas comerciais a aplicar a importações dos EUA, avaliando medidas que poderão afetar bens no valor de 95 mil milhões de euros, incluindo produtos industriais e agrícolas (detalhe [aqui](#)). Esta iniciativa surge na sequência da imposição de tarifas pelos EUA, consideradas injustificadas e prejudiciais, e decorre em paralelo com negociações em curso para alcançar uma solução negociada. A Comissão está igualmente a considerar restrições a exportações da UE para os EUA, no valor de 4,4 mil milhões de euros, abrangendo sucata de aço e produtos químicos. Caso as negociações não resultem num acordo, a Comissão pretende concluir o processo de decisão das contramedidas até ao final de junho, após consulta aos Estados-Membros.

Simultaneamente, a UE prepara-se para lançar um litígio na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os EUA, contestando as tarifas universais e as tarifas específicas sobre automóveis e peças automóveis, que a Comissão considera violarem claramente as regras da OMC.

6. COMISSÃO EUROPEIA - DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DA RÚSSIA

A Comissão Europeia apresentou um **novo roteiro no âmbito do plano REPowerEU, com o objetivo de eliminar completamente a dependência da UE da energia russa**, incluindo gás, petróleo e energia nuclear (detalhe [aqui](#)). O roteiro estabelece medidas coordenadas e graduais para garantir essa transição, assegurando ao mesmo tempo a estabilidade dos preços e do aprovisionamento energético em toda a União.

As ações propostas incluem o fim de todos os contratos com fornecedores russos de gás até 2027, o aumento da capacidade europeia de instalações de GNL (gás natural liquefeito), e uma redução significativa da procura de

gás (até 100 mil milhões de m³ até 2030). O roteiro prevê ainda a proibição de novos contratos para a importação de urânio enriquecido e outros materiais nucleares da Rússia, bem como medidas contra a frota-fantasma russa de transporte de petróleo. Os Estados-Membros deverão apresentar planos nacionais até ao final de 2025, delineando como contribuirão para a eliminação progressiva das importações energéticas russas.

7. NOVAS REGRAS DE TRANSPARÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PE

O Parlamento Europeu vai adotar novas regras de transparência que exigirão que os quadros superiores da administração — desde chefes de divisão a diretores-gerais, incluindo o secretário-geral e os seus adjuntos — declarem as reuniões realizadas com representantes de países terceiros e grupos de interesse registados. Esta medida insere-se no pacote de reformas de integridade aprovado após o escândalo conhecido como Qatargate, completando a implementação do plano de 14 pontos aprovado em setembro de 2023 ([aqui](#)).

Segundo o projeto de regulamento, disponível [aqui](#), os funcionários deverão indicar a função, a organização e os interesses representados pelos interlocutores, bem como a data, o local e o objeto da reunião (relacionado com relatórios, pareceres ou resoluções parlamentares). A identificação individual dos participantes permanece confidencial. As reuniões só poderão ser realizadas com entidades inscritas no Registo de Transparência da UE. A aplicação destas regras ao pessoal dos grupos políticos ficará ao critério de cada grupo.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 28/29 de abril - [Reunião informal dos ministros do Ambiente](#); 7 e 8 de maio - [Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros - reunião Gymnich](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares](#) do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [14 de maio](#), destacando-se o *Terceiro pacote omnibus sobre agricultura* e um *debate de orientação sobre o QFP*.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 12 de maio - [Eurogrupo](#); [Conselho \(Educação, Juventude, Cultura e Desporto\)](#); e [Reunião informal dos ministros da Energia](#); 13 de maio: [Conselho ECOFIN](#); 15 de maio - [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#).

Estrasburgo | 9 de maio de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).